

Apostar na qualidade

Durante décadas, o ensino superior em Portugal cresceu sem regras. Não havia tempo para pensar nem mãos a medir. Chegou o momento da mudança. Depois da quantidade, segue-se a qualidade. E a palavra de ordem é concentrar recursos

Em pouco mais de 30 anos, o número de estudantes no ensino superior português passou de 30 mil para 400 mil. O sector cresceu sem rei nem roque em número de instituições e de cursos e só a quebra do número de alunos, sentida com mais força a partir de 2003, fez soar os alarmes. Os primeiros passos para introduzir qualidade num sistema que envolve milhões de euros, milhares de docentes e de outros tantos funcionários e centenas de milhares de alunos

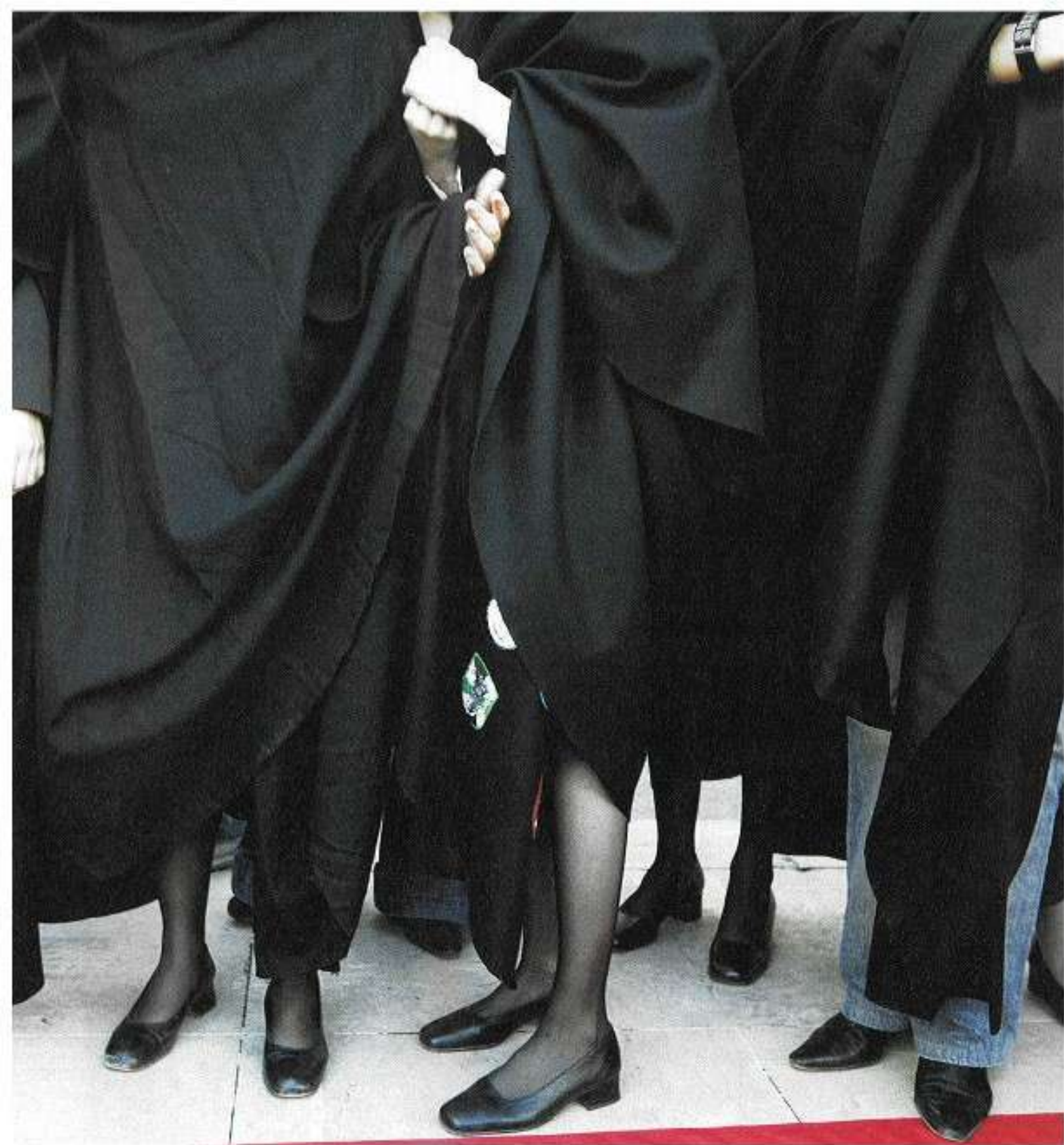
foram dados no Governo de Durão Barroso. Fez-se uma lei para a qualidade, introduzindo o número de doutores por instituição na fórmula de cálculo do financiamento e fechou-se a porta a alunos do 12.º ano com notas negativas às disciplinas nucleares. O Executivo de José Sócrates promete agora ir mais longe e pôr ordem num sistema em que há quase 400 licenciaturas com menos de 20 pessoas — e onde a taxa de insucesso é de 35%.

Com as avaliações pedidas a três en-

tidades estrangeiras (OCDE, ENQA e Associação das Universidades Europeias), cujas conclusões serão conhecidas no final do ano, Mariano Gago, que tutela a Ciência e o Ensino Superior, vai concentrar instituições e, com elas, recursos humanos e financeiros. O aumento da qualidade da formação será o fruto desta revolução, que se processa em simultâneo com a Declaração de Bolonha, uma plataforma comum a mais de 40 países europeus que uniformiza na fórmula conhecida por



FOTOGRAFIA: G. FERREIRA



3+2 os tempos da esmagadora maioria das licenciaturas (três anos lectivos) e dos mestrados (dois anos lectivos).

O ministro vai ainda obrigar as instituições a divulgarem o percurso profissional dos seus diplomados e o tempo que levam a conseguir o primeiro emprego.

Os alunos portugueses tiveram este ano à sua disposição 160 unidades (aqui estão incluídos 14 universidades e 15 institutos politécnicos públicos) para 1.932 licenciaturas, 80 bacharelados e 622 mestrados. Muitas dessas unidades moderna-

mente equipadas. Basta recordar que nos últimos 15 anos o Estado entrou com 1.265 milhões de euros (equivalente à construção de dois novos hospitais distritais, como o de Cascais) para construção de edifícios e compra de equipamentos.

Esta pulverização é antiga. As instituições multiplicaram-se nas décadas de 80 e 90 para responder a uma procura que parecia imparável, sem se terem dado ao trabalho de olhar para as projecções demográficas. Os financiamentos públicos acompanharam o

LICENCIADOS O número de universitários passou de 30 mil para 400 mil. Na véspera do século XXI, chegou o emagrecimento

«boom», embora a um ritmo muito inferior às legiões que todos os anos acabavam o secundário. Com a ajuda dos *numerus clausus*, introduzidos no final da década de 70, estava criado o ambiente propício à entrada dos privados num segmento de ensino que até à Revolução tinha sido monopólio do Estado. As famílias substituíram-se aos dinheiros públicos, e muitas fizeram das tripas coração para poderem pagar dez mensalidades de muitas dezenas de contos.

Mas foram precisamente as universidades particulares as primeiras a acordar para o pesadelo: afinal, o crescimento de alunos não era uma coisa infinita e garantida. Pelo contrário, os portugueses tinham decidido 20 anos antes ter menos filhos e por isso mesmo o emagrecimento da multidão de candidatos ao ensino superior já esta-

va escrito antes de 1997, quando as privadas sentem o primeiro embate. As universidades públicas só viriam a deparar-se com salas vazias em 2003. No entanto, há um grupo enorme de pessoas que, se não fosse o insucesso ao nível do ensino secundário (só 50% conclui o 12.º), poderia chegar aos bancos das universidades. O mesmo se passa em relação ao ensino básico. No ano lectivo 2003/04, cerca de 140 mil alunos (12%) do básico ficaram retidos no ano em que estavam ou desistiram. Os dados do PISA (estudo comparativo dos níveis de literacia

12.º (certificado de nível IV). «Perante a escassez de quadros intermédios, sentimos necessidade de abrir esta academia», afirma Muller. E acrescenta: «Estamos a fazer o papel que antes do 25 de Abril pertencia às escolas industriais».

Para Henrique Neto, o patrão da Iberomoldes, o ensino superior também não tem cumprido a sua missão: «Os cursos não são adequados ao mercado de trabalho porque há um número excessivo na área das humanidades e poucos nas áreas científicas». Por outro lado, «a esmagadora maioria dos licenciados chega ao mercado com a atitude er-

Este ano lectivo os candidatos tiveram à sua disposição 160 instituições, 1.932 licenciaturas, 80 bacharelatos e 622 mestrados



INSUCESSO Apesar de se terem torrado milhares de milhões de euros, o insucesso é de 35%. A instituição com a taxa mais baixa é a Universidade Católica, onde cerca de um quarto desiste ou não termina a tempo e horas a sua licenciatura

nos países da OCDE) acabam também por revelar o insucesso dos portugueses a Matemática, Ciências e à língua mãe, atirando-os para os últimos lugares daquele conjunto de países.

«Os alunos chegam-nos com muitas deficiências a Física e a Matemática», afirma Hans Muller, responsável da ATBC, a academia de formação da Bosch, AutoEuropa e Siemens, que dá cursos profissionais a jovens com o 9.º ano (que ficam com um certificado para o mercado de trabalho de nível III e o

rada, que é o resultado de anos de facilitismo da escola e da sociedade».

Apesar de considerar que «há ilhas de qualidade no ensino superior», Henrique Neto pensa que o sistema «é mau no seu conjunto» por formar, «com fartura, jovens em busca de emprego e de um ordenado mensal».

«Praticante» e «observador» de vários sistemas universitários — dá aulas na Universidade Católica, no prestigiado INSEAD de Paris, em Singapura, Estados Unidos e Brasil —, José

Pinto dos Santos defende que todos «têm coisas boas e coisas más». «Há é culturas diferentes que não permitem afirmar que o ensino em Portugal é pior que nos Estados Unidos ou na Alemanha», sublinha. E até sustenta que «o ensino europeu até à licenciatura é muito bom e adequado às necessidades de trabalho. É estreito e profundo, ao contrário do americano». Apesar de existirem em Portugal 40 mil licenciados no desemprego, Pinto dos Santos considera a situação «um sinal de desenvolvimento» e contesta os que pensam que uma licenciatura é sinónimo de emprego.

Este homem, que dá aulas nos quatro cantos do mundo a pessoas que pagam os cursos a peso de ouro, defende que em Portugal se devia pagar um valor muito mais alto pelas propinas.

«Se não pagam nada, não exigem nada. Ora, eu gosto muito de alunos que exigem. Aumenta a qualidade». Também o patrão da IBMoldes, na linha do que defendeu recentemente a OCDE, é favorável ao aumento das propinas desde que «haja acesso fácil a bolsas para os alunos com qualidade, provada em exames, mas pobres, bem como o acesso a crédito para os jovens oriundos de famílias com rendimentos mais elevados».

Já Adriano Moreira, há muito tempo à frente do Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior, alerta ser

comparticipação dos estudantes não chega a um quinto do total. Quando as propinas foram aumentadas substancialmente (este ano o valor máximo é de 900 euros), o objectivo era transferir estas verbas para o que se designa por qualidade. Os estrangulamentos financeiros existentes em muitas instituições impediram que o dinheiro pago pelos alunos fosse usado para aquele fim.

Mariano Gago acrescentou no ano passado um novo critério — o número de diplomados — na fórmula de finan-

No sector público, um aluno universitário custa 4.940 euros e um do politécnico, 3.164. A propina máxima é de 900 euros

ciamento. Mas adoptou também a «coesão institucional», um princípio pelo qual as melhores escolas não puderam ver as suas verbas aumentar mais de 5%, e as piores não puderam receber abaixo dos 5% obtidos um ano antes. Resta saber se o próximo orçamento risca o princípio de coesão.

Mariano Gago, com o seu «Compromisso com a Ciência para o Futuro de Portugal», quer ter, nos próximos anos, mais doutorados (passar dos actuais 1.000 para 1.500 por ano), aumentar em 50% a produção científica e em igual percentagem o número de diplomados por ano nas áreas de Ciências e Engenharia. O objectivo é chegar rapidamente aos patamares da Europa dos 25. Esta semana, o Governo recebeu o apoio do Presidente da República, com o Roteiro para a Ciência. Portugal, como todos os seus parceiros da União Europeia, parece estar empenhado no gigantesco fito de tornar a economia do velho continente na mais competitiva do mundo. Um desenvolvimento que só poderá fazer-se com base no conhecimento e na tecnologia.

«O que é preciso é pôr mais ênfase na excelência. A Comissão está agora a preparar o Instituto Europeu de Tecnologia», que pretende ser o «must» mundial de investigação de qualidade, disse ao EXPRESSO Gunter Verheugen, vice-presidente da Comissão Europeia.

Mariano Gago já prometeu, para 2007, 250 milhões de euros para a Ciência e Tecnologia. E

«indispensável não mercadorizar o sistema sob pena de se perderem património, valores e qualidade. A articulação entre a Declaração de Lisboa e Bolonha aponta para a política de Estado unitário». E acrescenta: «A europeização feita em função de referências de excelência, que também temos, poderá conduzir a uma hierarquização das instituições».

O princípio da coesão

Em Portugal, um aluno universitário custa por ano 4.940 euros enquanto um do politécnico 3.164 euros. Ora, a



CIÊNCIAS o Governo quer aumentar em 50% o número de diplomados por ano nas áreas de Ciência e de Engenharias. O número de doutorados é também para crescer ao ritmo de 1.500 por ano